



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JOSÉ RENATO DOS SANTOS ROCHA

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS
FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA: A ESCOLA MUNICIPAL NILSON HOLANDA,
EM FORTALEZA, COMO OBJETO DE ESTUDO

FORTALEZA

2019

JOSÉ RENATO DOS SANTOS ROCHA

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS FAMÍLIAS
DE BAIXA RENDA: A ESCOLA MUNICIPAL NILSON HOLANDA, EM
FORTALEZA, COMO OBJETO DE ESTUDO

Monografia apresentada ao Curso de Economia do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Jair do Amaral Filho

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R573p Rocha, José Renato dos Santos.
O Programa Bolsa Família e suas implicações para as famílias de baixa renda: a Escola Municipal Nilson Holanda, em Fortaleza, como objeto de estudo / José Renato dos Santos Rocha. – 2019.
63 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Jair do Amaral Filho.

1. Pobreza . 2. Políticas públicas. 3. Programas sociais. 4. Educação e saúde. 5. Educação e saúde. I.
Título.

CDD 330

JOSÉ RENATO DOS SANTOS ROCHA

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS FAMÍLIAS
DE BAIXA RENDA: A ESCOLA MUNICIPAL NILSON HOLANDA, EM
FORTALEZA, COMO OBJETO DE ESTUDO

Monografia apresentada ao Curso
de Economia do Departamento de
Ciências Econômicas da
Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Aprovado em 11/12/2019

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr.: Jair do Amaral Filho
Universidade Federal do Ceará

Professor Dra: Ana Maria Fontenele
Universidade Federal do Ceará

Professor Dra: Jacqueline Franco Cavalcante
Universidade Federal do Ceará

À minha amada Esposa Nara, cujo apoio e suporte foram fundamentais. Sem ela isso não seria possível. Grato pela parceria, pelos conselhos e pela compreensão. Essa é uma vitória nossa.

Aos meus pais pelo carinho, afeto, dedicação e cuidado que me deram durante toda a minha existência.

Meu muito obrigado. Que Deus os abençoe.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, por todas as conquistas, pela saúde e família que me possibilitou ter.

Aos meus pais, João Luciano Rocha e Maria Eunice dos Santos Rocha que com muito esforço, sempre possibilitaram uma educação de qualidade durante todos os meus anos de estudo.

A minha querida esposa Nara, pelo seu amor e por estar ao meu lado em todos os momentos.

A Escola Municipal Nilson Holanda por oferecer todo o suporte necessário para todo o trabalho.

A todos meus amigos, que sempre estiveram ao meu lado e foram grandes inspiradores durante minha vida.

A Universidade Federal do Ceará a todos os seus Professores que sempre ofereceram um ensino de qualidade.

Ao meu orientador Prof. Dr. Jair do Amaral Filho, que aceitou a orientação com muito zelo e sapiência sobre o assunto trabalhado.

À banca formada pelas professoras Dra. Ana Maria Fontenele e Dra. Jacqueline Franco Cavalcante que se dispuseram a me avaliar, enriquecendo o meu currículo com sua participação, meu muito obrigado.

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”

José de Alencar

RESUMO

O presente trabalho versa sobre o Programa Bolsa Família e suas implicações no caráter social do país. O mesmo é composto por uma introdução que contextualiza o assunto, por um capítulo referente a situação atual do Estado brasileiro e sua realidade social, onde traz pormenores sobre esse tema no tocante às questões regionais e também enfoca sobre pobreza e diferenças sociais. Traz um segundo capítulo que fala sobre programas sociais e distribuição de renda, tendo como exemplo maior de política social o Programa Bolsa Família, falando de suas concepções bem como sobre suas deliberações e preconizações. Por fim, traz um terceiro capítulo que aporta um caso prático e analítico sobre o referido programa, que teve como cenário de uma pesquisa aplicada a Escola municipal Nilson Holanda em Fortaleza. Vale ressaltar que foi aplicado um questionário dentro da concepção likert para que se pudesse concatenar dados e estatísticas que fossem capazes de expressar como se dá recepção deste programa pelos beneficiários do mesmo. Encerrando, traz as considerações finais com as respectivas conclusões que foram possíveis de amealhar.

Palavras-chave: Estado. Pobreza. Políticas públicas. Programas sociais. Educação e saúde.

ABSTRACT

It is in the economic context that the present work was developed, having as its area the Economy and having as subarea the social and political field by its development scenario. This paper deals with the Bolsa Família Program and its implications on the social character of the country. It is composed of an introduction that contextualizes the subject, a chapter referring to the Brazilian state context and its social reality, which provides details about this context regarding regional issues and also focuses on poverty and social differences. It brings a second chapter that talks about social programs and income distribution, having as a major example of social policy the Bolsa Família Program, talking about its conceptions as well as its deliberations and recommendations. Finally, it brings a third chapter that provides a practical and analytical case about this program, which was the scenario of an applied research at the Nilson Holanda Municipal School in Fortaleza. It is noteworthy that a questionnaire was applied within the likert conception to concatenate data and statistics that were able to express how this program is received by its beneficiaries. In closing, it brings the final considerations with the respective conclusions that were possible to gather.

Keywords: State. Poverty. Public policy. Social programs. Education and health.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura - 01 Exemplo de cálculo do Ig_c para os 11 macropólos..... 23

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico – 01	Produto Interno Bruto - PIB por região do Brasil.....	24
Gráfico - 02	Número de indigentes conforme PNAD 2014	27
Gráfico - 03	Número de pobres por região –PNAD 2014.....	28
Gráfico - 04	N.º de indigentes e extremamente pobres – PNAD 2014.....	29
Gráfico - 05	Dados sobre Renda e Consumo.....	51
Gráfico - 06	Dados sobre Educação e Saúde.....	54
Gráfico - 07	Dados sobre Alimentação.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela - 01	Nomenclatura da escala Likert.....	44
Tabela - 02	Tabela geral escala Likert sobre.....	48
Tabela - 03	Dados sobre renda e consumo.....	49
Tabela - 04	Resumo dos dados sobre renda e consumo.....	50
Tabela - 05	Resumo percentual sobre renda e consumo.....	51
Tabela - 06	Dados sobre educação e saúde.....	52
Tabela - 07	Resumo de dados sobre educação e saúde.....	53
Tabela - 08	Resumo percentual sobre Educação e Saúde.....	54
Tabela - 09	Dados sobre alimentação.....	55
Tabela - 10	Resumo de dados sobre alimentação.....	56
Tabela - 11	Resumo percentual sobre alimentação.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PBF	Programa Bolsa Família
BPC	Benefício de prestação continuada
BSP	Benefício para a superação da extrema pobreza
BVJ	Benefício vinculado ao adolescente
DOU	Diário Oficial da União
EAD	Educação a distancia
EBAPE	Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
EM	Escola Municipal
EJA	Educação de jovens e adultos
EMEIF	Escola municipal de ensino infantil e fundamental
FUNEFOR	Fundação educacional de fortaleza
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar
SEEC	Secretaria de educação do estado do Ceará
SER	Secretaria executiva regional
UFC	Universidade Federal do Ceará

Sumário

1. Introdução	15
2. O ESTADO BRASILEIRO E SUA REALIDADE SOCIAL.....	18
2.1 Panorama sócio econômico Brasileiro: Características Regionais	20
2.2 Diferenças sociais: Pobreza e suas concepções	25
3. PROGRAMAS SOCIAIS E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.....	30
3.1 O Programa Bolsa Família e suas concepções.....	35
3.2 Deliberações e preconizações do BF	39
4. ESTUDO DE CASO: A ESCOLA NILSON HOLANDA COMO CENÁRIO (CEARÁ).....	43
4.1 Questionário sobre o Programa Bolsa Família	45
4.1.1 Renda e Consumo	45
4.1.2 Educação e saúde	45
4.1.3 Alimentação.....	46
4.1.4 Análise global sobre o bolsa família.....	47
4.1.4.1 Análise Renda e Consumo.....	49
4.1.4.2 Análise Educação e Saúde	52
4.1.4.3 Análise Sobre Alimentação	55
5. Considerações Finais.....	59
6. Referencias.....	61
7. Anexo A - Questionário de Pesquisa - Programa Bolsa Família.....	63

1. Introdução

Considerando a conformação do que seja Estado enquanto poder constituído, não existe a mínima possibilidade de haver uma dissociação do povo que o completa e lhe perfaz, de sua composição. O Estado é feito pelo povo e este o assegura, aquele o representa e lhe deve obrigações e vice-versa. Assim, qualquer trato que se revista em objeto de política pública, reflexivamente será para este Estado que retornará.

O presente trabalho versa sobre a mais empática e porque não dizer uma das mais polêmica política pública que este país já vivenciou. Trata-se do Programa Bolsa Família como forma de amenizar as durezas sociais, mas, também, como forma de dinamizar a economia nacional com pequenos valores que são repassados aos beneficiários, mas que, no montante, representa uma vultosa soma em dinheiro que se libera para a sociedade e o mercado com o fim de aquecer a economia nacional.

Nessa conjectura, o trabalho se desenvolveu tendo como problemática a seguinte questão: Como o Programa Bolsa Família pode impactar a vida das pessoas e Economia de uma determinada região e melhorar a qualidade de vida de seus moradores? De que maneira seus objetivos de combater a fome e a pobreza e promover o acesso a serviços públicos são cumpridos?

No que se refere aos objetivos, o presente trabalho teve como objetivo geral, fazer uma análise dos beneficiários do Programa Bolsa Família do governo federal e demonstrar quais seus impactos econômicos e sociais para um pequeno grupo de pessoas de uma dada região de Fortaleza. Isso foi atendido.

No que tange aos objetivos específicos que são: Identificar se o bolsa família pode influenciar a economia de uma região gerando melhorias na renda e acesso a serviços públicos; observar se os beneficiários tiveram uma melhoria na qualidade de vida após fazerem parte do programa e;

Examinar o cumprimento das condicionalidades do programa pelas famílias. Isso foi possível dado que as pessoas que foram pesquisadas fazem parte do cadastro informado periodicamente ao governo federal pela escola onde o questionário foi aplicado. Todas essas especificidades foram atendidas.

A justificativa do presente trabalho se dá essencialmente pela importância do que representa esse programa para a vida dos beneficiários, pela realidade social do país e de que maneira, seja direta ou indiretamente, este programa interfere no cenário econômico e social do Brasil, também, quando alude às questões de educação e saúde como contrapartida a ser prestada pelos que fazem recebimento do benefício.

A metodologia de pesquisa do presente trabalho consiste em dois métodos que foram utilizados e permitiram uma análise mais apurada sobre o problema cogitado de forma que pudesse fomentar dados e conclusões sobre o tema em questão.

Foi utilizado o método quantitativo como forma de aferir as variações de enfoque dentro das tendências pesquisadas pela escala Likert¹ até que se pudesse ter uma representação percentual do que foi apurado e, também, se utilizou o método dedutivo, que permitiu que se partisse de um contexto complexo e macro sobre a situação social no país até que fossem apuradas assertivas sobre o objeto em estudo, ou seja, a importância do Programa Bolsa Família em todo esse contexto.

O trabalho foi dividido em sete seções, sendo a primeira, a presente introdução, que tem por objetivo trazer o leitor ao contexto do tema e abancá-lo nos procedimentos, ações e conjecturas que fomentaram a pesquisa, no tocante a objetivos e metodologia e descrição de todo o trabalho, como está se desenvolvendo agora.

¹ Criada em 1932, pelo psicólogo norte-americano Rensis Likert, a Escala Likert é uma escala de resposta psicométrica utilizada na maioria das vezes em pesquisas de opinião de clientes.

A segunda seção refere-se ao primeiro capítulo e faz menção sobre o Estado brasileiro e sua realidade social, procurando contextualizar a situação do país para que o leitor perceba mais facilmente essa realidade.

A terceira seção refere-se ao segundo capítulo e fala sobre “os programas sociais e distribuição de renda no país”, citando características regionais e enfocando sobre a pobreza e suas concepções.

A quarta seção refere-se ao terceiro capítulo inicia-se a alusão ao bolsa família e suas concepções, bem como sobre suas deliberações e preconizações.

A quinta seção, que é o quarto capítulo versa sobre um estudo de caso aplicado a Escola Municipal Nilson Holanda em Fortaleza, onde a pesquisa foi feita. Nesse contexto, foi aplicado um questionário com utilização da escala likert, tendo como intento expor a realidade e a percepção das famílias sobre esse programa e quais são os efeitos do mesmo.

A sexta seção trata das considerações finais trazendo todas as conclusões e levantamentos que a pesquisa foi capaz de fomentar. E na sétima seção teremos as referências bibliográficas. Assim sendo, segue a presente pesquisa conforme sua formatação, citada nesta introdução.

2. O ESTADO BRASILEIRO E SUA REALIDADE SOCIAL

Pensar um Estado da magnitude da nação brasileira enquanto poder constituído, sem dúvidas, tem de ser pensado de forma global e complexa com todas as nuances e características que o compõem e o perfazem tão difícil de geri-lo e equaliza-lo no atendimento das suas necessidades.

Difícil por ser um país com dimensões continentais, tantas diferenças e caracterizações geográficas, por ser composto de um modelo político que expressa muito mais os interesses de poucos em detrimento da maioria do que o interesse coletivo como fim crucial, por ser detentor de pensares e enfoques legais que às vezes mais atrapalham do que ajudam e, por encerrar em seu contexto sócio econômico uma diferença social tão gritante que desde sua concepção como república (1889), ou mesmo antes disso, já representava uma problemática de difícil solução que ainda hoje se desdobra em danosas consequências a essa nação e a toda sua conformação social. Nesse diapasão, tem-se uma citação que corrobora bem com essa vivência crônica das deficiências e problemáticas do Estado brasileiro para bem geri-lo e mudar um pouco essa realidade. Sobre isso, Pinho (2018, p. 05) diz o seguinte:

Certas características intrínsecas à formação do Estado pelos portugueses e de nossa tradição ibérica têm remanescido, apesar de todas as reformas weberianas e gerenciais por que passou o Estado brasileiro, que tem sido frequentemente capturado por grupos de interesse. E essa captura não somente gera a corrupção, que tem permanecido alta apesar de todos os esforços para combatê-la.

Percebe-se da citação acima a cronicidade do problema da corrupção no Brasil e, além de tudo, uma variável de influência pesada e por demais negativa que é o caráter corruptivo que se vivencia no cotidiano do Estado brasileiro. Algo que não é exclusivo do Brasil, mas que aqui tem uma marcação muito forte e nociva à sociedade e ao Estado brasileiro.

Todas essas caracterizações que envolvem essa nação não podem ser dissociadas do contexto de sua realidade. Como já citado, o tamanho desse país e suas nuances vão ditar a política que deve ser implementada como forma de resolução e fomento de suas questões e necessidades.

A política nacional, as políticas públicas têm de estar sintonizadas com a necessidade humano e social de forma coerente e eficaz, sob pena do Estado brasileiro se perfazer inútil do ponto de vista da gestão, se não forem praticados atos públicos que tragam efetividade no controle e/ou a extinção de demandas que sempre surgiram em seu contexto.

A realidade brasileira, considerando a grandiosidade do país não é equânime e muito menos de fácil equalização, dado que existem regiões com as mais diferentes problemáticas. Tornar um país como o Brasil ressonante em todos os aspectos é no mínimo um exercício de longuíssimo prazo, caro e de difícil implementação, até mesmo pela realidade política e social que aqui se vivencia.

Isso é uma condição para que ocorra desenvolvimento regional e que dessa forma se equalize as condições de todos os entes da federação e regiões seria ideal. Mas nem todo território tem infraestrutura apta para isso, nem todo ente federativo oferece incentivos para que se ocorram assentamentos industriais favoráveis e sempre houve uma concorrência desigual entre estados mais ricos e mais pobres quando a meta é criar ou ocupar um parque industrial e dessa maneira gerar mais emprego e renda.

Sobre essa necessidade de uma repartição mais igualitária do parque industrial nacional, por exemplo, Domingues & Ruiz (2006, p. 42), fazem a seguinte menção sobre o tema:

Um aspecto menos analisado sobre a distribuição territorial da indústria no Brasil diz respeito às assimétricas localizações dos capitais estrangeiro e nacional. Na medida que o processo de globalização e internacionalização das empresas aumenta a participação do capital estrangeiro na indústria brasileira, amplia-se sua importância como determinante do desenvolvimento econômico nacional e, também, regional.

Ou seja, trata-se de uma questão de distribuição do setor industrial de forma equânime que representa uma capacidade de desenvolvimento incontestável em qualquer território. É certo que ressalvadas as capacidades de geração de emprego e renda em outras áreas, seja o turismo, ou agricultura

ou outra área que possa elevar o crescimento econômico, a receptividade de um parque industrial, fosse essa feita de forma uniforme, ter-se-ia, então, um crescimento sócio econômico equalizado.

Na mesma concepção do que foi citado acima, dos mesmos autores da citação anterior, há outra explanação que traduz bem as consequências de uma difusão precária do parque industrial de um país, sendo assim, comprometedor das regiões que o compõem. É o caso da região Norte e Nordeste em comparação com outras regiões como é o caso da região Sudeste do Brasil.

(...) Portanto, devido à fragmentação espacial da produção industrial, a ausência de coordenação entre políticas industriais e de desenvolvimento regional pode criar conflitos políticos e econômicos, assim ambas podem ter suas eficiências reduzidas e sinergias positivas podem não ser exploradas. Além do mais, a ausência de uma articulação entre essas e outras políticas federais e estaduais abriria espaço para fracassadas e dispendiosas experiências de atração de investimentos descentralizadas, como as conhecidas e declaradas guerras fiscais entre entes federativos (...) Domingues & Ruiz (2006, p. 44)

O que está posto na citação acima é o mais óbvio e o mais recorrente na situação brasileira, onde os estados mais ricos sempre se sobrepõem aos mais pobres e as consequências disso tudo se fazem sentir muito fortemente pela população humilde. É atraso certo, precariedade e danos que se perpetuam na vida das pessoas. Algo de solução patente, pelo que se pode ler acima, mas de difícil implantação, por serem efeitos cascadeados ao longo do tempo. Um processo de reversão por demais complexo.

2.1 Panorama sócio econômico Brasileiro: Características regionais

São incontestáveis as diferenças nas mais diversas áreas e setores que cada região do Brasil possui, seja com relação ao clima, a ocupação demográfica, a diversificação sócio econômica, as características de ocupação industrial como já citado, e também com relação aos panoramas sociais de cada uma delas. Existem diferenças até em ser pobre em cada região do país.

O vivenciar da pobreza é diferente se é no Nordeste ou em São Paulo, por exemplo.

O Brasil é composto por cinco regiões que tem suas especificidades e diferenciações que não se podem ou não deveriam ser de forma alguma escalonadas como inferiores ou desvantajosas, até mesmo porque, cada região se adequa ao que possui e assim, de maneira favorável aos seus recursos naturais, as suas vertentes negociais ou as suas aptidões e facilidades.

O Nordeste possui o turismo como ponto forte dado seu litoral, a região Sudeste explora muito bem o seu potencial produtivo, o seu potencial agropecuário como é o caso do Centro-Oeste e mesmo da região Sul com a agroindústria, bem como a exploração de seus subsolos no contexto de exploração mineral e até mesmo, a exploração de seu potencial humano.

Algumas dessas regiões possuem um parque científico aquém das demais como é o caso do Sudeste do país. Sem deixar de frisar, é obvio, a questão da infraestrutura que é imprescindível ao contexto do desenvolvimento, de suma importância à dinâmica de fomento de bens e escoamento de produção.

Existem regiões no país, como é o caso da região Norte, onde a infraestrutura é tão precária que se torna inviável fomentar insumos a essa região ou escoar da mesma, grãos ou outros frutos da agroindústria..

Nesse contexto, Mauro *et All* (2003, p. 667) fazem a seguinte asseveração acerca de como se dá essa ocupação e busca por espaços favoráveis ao crescimento sócio econômico de uma região, de uma determinada área urbana:

O lugar central, o núcleo urbano original, constitui-se no elemento organizador da curva de oferta e demanda de bens no espaço, que delimita a área de mercado em que ocorre forte intensidade do fluxo de trocas, em uma área geográfica espacialmente delimitada. A extensão da área de mercado é, entretanto, permanentemente restringida pelo atrito espacial da distância, no sentido de que a curva de demanda dos bens no espaço é função inversa do crescimento dos custos totais de transporte.

O que se pode abstrair da citação acima é a verdade de que torna-se desproporcional e de caráter quase agressivo a concorrência entre regiões no Brasil, dado que tudo tende a girar em torno de quem pode oferecer mais aos parques empresariais. Dessa forma, crescer e promover desenvolvimento sócio econômico em locais de difícil condição é no mínimo preocupante, dado que o Estado enquanto poder constituído é responsável por suprir as necessidades básicas de quem ocupa essas regiões menos desenvolvidas.

Nesse contexto, dos mesmos autores da citação acima, oportuna-se aqui a apresentação de um mapa que identifica em cada região do país, macrópoles de caráter influenciador de demandas, seja de fomento ou de escoamento como já citado.

O que se pretende reproduzir aqui é o caráter genérico de desenvolvimento não heterogêneo do Brasil e também de suas regiões. Perceba-se do mapa que poucas são as capitais que lhe constam, porém, a figura serve de esteio ao entendimento de como se dá essa influência e sua consequente determinação dos espaços de ocupação por esses entes produtores.

Figura 01
Macropólos

MAPA 2 - EXEMPLO DE CÁLCULO DO I_{gc} PARA OS 11 MACROPÓLOS

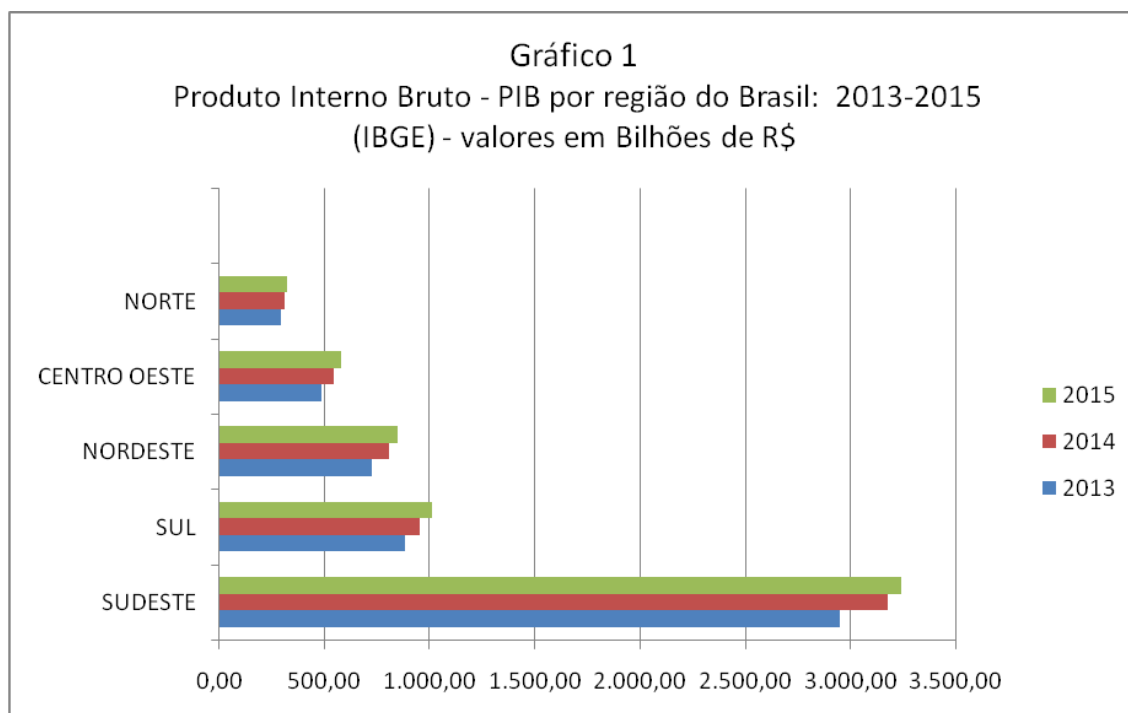


Elaboração: Giordano Benites Tronco; Marília Patta Ramos/UFRS

Sobre o mapa acima, os autores buscaram esclarecer de forma prática como se desenvolve essa diversificação na influência de zonas determinantes ao desenvolvimento sócio econômico nas regiões e microrregiões do país.

Sobre isso, a influência de macrópoles, leia-se o que os mesmos disseram em seu trabalho "*Linhas de pobreza no Plano Brasil Sem Miséria: análise crítica e proposta de alternativas para a medição da pobreza conforme metodologia de Sonia Rocha*": lemos et All (2003, p. 680, apud, ROCHA 2003) reproduzem o seguinte:

O procedimento para a identificação das áreas de influência segue o critério de hierarquia econômica espacial, ou seja, cada macrópólo cria sua macrorregião pela atração de um conjunto de microrregiões, que, por sua vez, serão subpolarizadas no interior da macrorregião pelos mesopólos, que atraem um conjunto de microrregiões para constituírem uma mesorregião. Houve, portanto, duas rodadas de cálculo, a primeira para delimitar geograficamente as 11 macrorregiões e a segunda para delimitar as 87 mesorregiões que estão contidas no "campo de forças" interno das macrorregiões.



Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com o gráfico acima fica ainda mais evidente a enorme diferença na renda em cada uma das Regiões. Quando comparamos a Região Sudeste que em 2014 e 2015 ultrapassou a casa dos R\$ 3 trilhões com a Norte por exemplo que nem chegou a R\$ 500,00 bilhões e o que é pior percebemos que o Sudeste sozinho ultrapassa o rendimento de todas as outras regiões.

Enfim, o que se intentou aqui foi pontuar as diferenças regionais do país que são desde sua consolidação republicana, conhecidas, não é oportuno que neste trabalho se desenrolem dissecações ou digressões sobre essa ou aquela facilidade que uma ou outra região possui, o foco do presente trabalho é o combate à pobreza e distribuição de renda pelo uso do Programa Bolsa Família como instrumento concebido para esse fim, assim sendo, segue o presente capítulo com a definição de pobreza e sua parametrização no Brasil.

2.2 Diferenças sociais: Pobreza e suas concepções

Em qualquer área, sobre qualquer assunto, em qualquer lugar, em qualquer tempo, sempre existirá um contra ponto para um dado ponto de vista, e, nesse sentido, o enfoque da pobreza também não se furta dessa verdade. Tratar de questões sobre pobreza no mundo, antes de mais nada, perpassam muito mais pelas suas consequências do que pelas suas causas, dado que as condições humanas sobre essas conjunturas possuem efeitos diversos e contagiantes, seja sobre economia, sobre segurança pública, sobre saúde em contexto individual e generalista e, por consequência, sobre o desenvolvimento do país de forma generalizada também.

Tratar dessa questão é um processo complexo e ao mesmo tempo de concepção facilmente resoluto, porém, paliativa se não for combatida nas suas causas.

Educação é a principal forma de extinção desse viés, redistribuição de renda acaba por ser paliativo como já foi amplamente abordado pela literatura e políticas públicas nesse intento, tem de ser regidas por processos que possam fornecer efetividade ao combate e extinção da pobreza. Sobre isso Crespo e Gurovitz (2003) dizem:

A pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido.

Por “capacidade” entendem-se as combinações alternativas de funcionamentos de possível realização. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos ou a liberdade para ter estilos de vida diversos. Por exemplo, uma pessoa abastada que faz jejum por sua livre e espontânea vontade pode ter a mesma realização de funcionamento que uma pessoa pobre forçada a passar fome extrema. Porém a primeira pessoa possui um “conjunto capacitário” diferente do da segunda. A primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda. (SEN, 1999).

A citação acima expressa, de maneira óbvia, o que se tem como pobreza, porém, em caráter pessoal e individualista, falta a esse enfoque conceitual, um englobamento das questões definidoras desse estado condicional chamado pobreza.

Ainda dentro desse contexto, Jaccourd, (2010, p. 121) traz a seguinte definição de pobreza, também, relativizando situações dependentes de características individuais e em caráter temporal, sobre isso diz que *“pobreza é diversa em épocas ou sociedades distintas. Mesmo que seja relacionada com situações de “carência”, é preciso saber “de que carências se trata e quais bens e serviços devem ser garantidos”*.

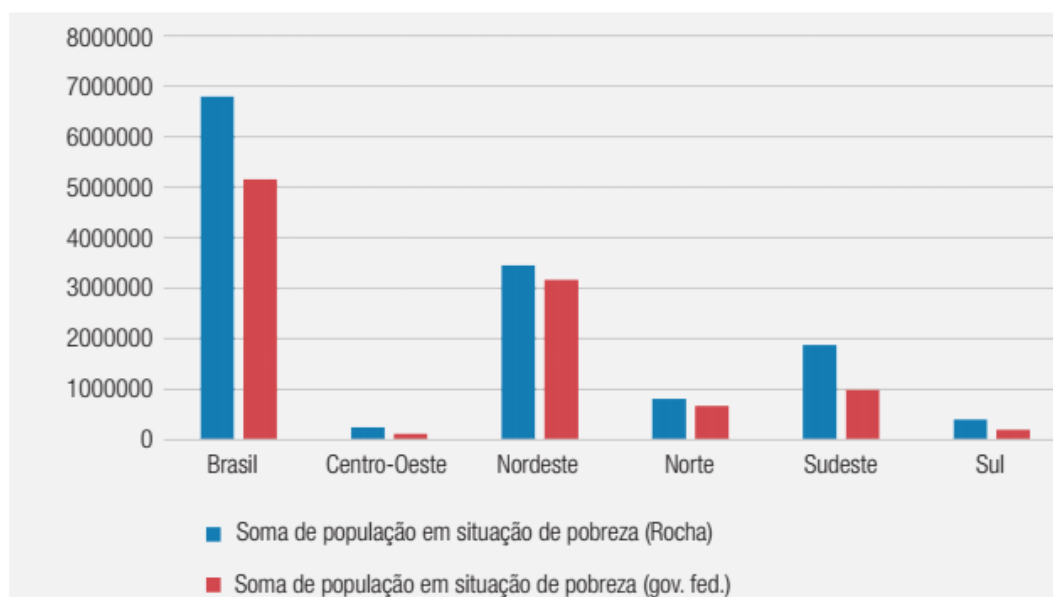
Diversas são as questões que se perfazem nesse tema, sistemas econômicos, conjecturas e posturas políticas, a dinâmica da máquina pública a partir de enfoques mais burocráticos ou gerencialistas, a ocupação empresarial como já citado acima e, a própria consciência de parte da população em torno de possibilidades que podem e devem ser cobradas do Estado enquanto poder constituído e representante da sociedade civil, como guardião e cumpridor das necessidades do povo.

O contexto brasileiro é por demais impactado pela questão da pobreza e por ser um país com um histórico de políticas públicas deficitárias, pela contingência social que é complexa em todos os aspectos, dada a magnitude da população.

É irremediavelmente proporcional a questão da indigência no Brasil à sua elevada ocupação demográfica, entre outros pontos. Sobre isso, números da indigência, constante na PNAD 2014, é oportuno que seja apresentado um gráfico do documento *“Linhas de pobreza no Plano Brasil Sem Miséria: análise crítica e proposta de alternativas para a medição da pobreza conforme metodologia de Sonia Rocha (2017)”*, que faz um apurado pertinente dessa realidade brasileira e se diferencia do método do governo por estabelecer linhas de pobreza regionalizadas e indexadas aos valores de cestas de consumo observadas nas diferentes regiões do país. Segue abaixo o gráfico elaborado a partir da PNAD (2014), apud Tronco & Ramos (2017, p. 302, apud, ROCHA 2003), que traz por regiões os números da indigência em nosso país:

Gráfico 02

NÚMERO DE INDIGENTES (ROCHA) E DE EXTREMAMENTE POBRES (GOVERNO FEDERAL) POR REGIÃO DO PAÍS (PNAD 2014)



Elaboração: Giordano Benites Tronco; Marília Patta Ramos/UFRS.

Conforme consta no documento acima, e sendo este organizado como a metodologia de “Sonia Rocha”, por utilizar uma abordagem diferente, como já citado acima e, também, o enfoque do governo federal. Comparando os dois métodos percebe-se que a situação da indigência no país tem um viés diferente, porém, próximo, sendo que o governo federal oferece um número diferente da concepção de Sonia Rocha.

Sobre essa diferença, Tronco & Ramos (2017, p. 303, apud, ROCHA 2003), do mesmo documento, fazem a seguinte asseveração:

Para o país como um todo, o resultado das duas medições é diferente: enquanto o governo federal localiza 5,1 milhões de brasileiros vivendo na extrema pobreza, o número de brasileiros indigentes, para Rocha, é de 6,8 milhões. A distorção entre os resultados aumenta quando o que se mede é a pobreza: o resultado de Rocha é praticamente o dobro do calculado pelo governo (27 milhões contra 14,1 milhões).

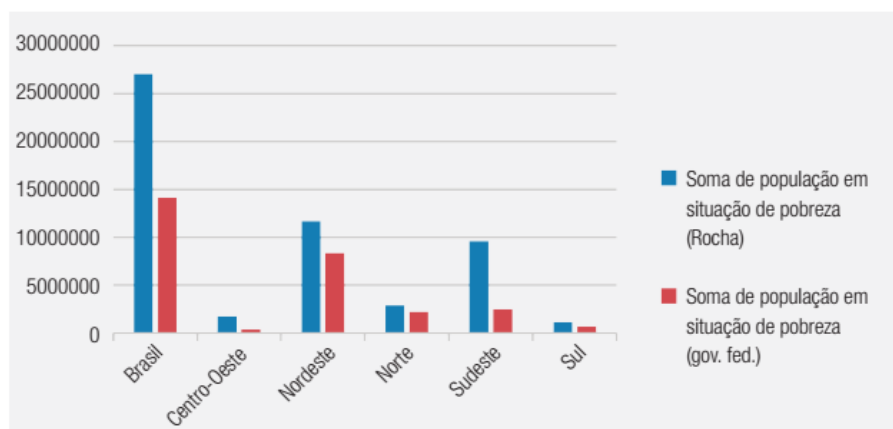
Rocha identifica uma população pobre maior do que o governo federal em todas as regiões, mas a diferença é mais significativa nas regiões Centro-Oeste, Sul e, especialmente, no Sudeste. Já no cálculo da indigência/extrema pobreza para o Nordeste e Norte, a diferença de resultado entre as metodologias, se comparada com a das outras regiões, é menor.

São metodologias diferentes de aferição de uma dura realidade da sociedade brasileira que ensejam e preconizam o mesmo problema, os números são divergentes, mas a situação que é uma só deve ser tratada com efetividade por ser antes de mais nada um problema sócio econômico, uma questão humanitária.

Ainda sobre o que foi citado como indigência e extrema pobreza no trabalho de Rocha, Tronco & Ramos (2017, p. 304, apud, ROCHA 2003) apresentam um outro gráfico que expressa a divergência acentuada entre o trabalho de Rocha e os enfoques do governo federal sobre o tema. Gráfico esse retirado do mesmo documento da FGV EBAPE (2017). Segue abaixo:

Gráfico 03

NÚMERO DE POBRES (ROCHA E GOVERNO FEDERAL) POR REGIÃO DO PAÍS (PNAD 2014)

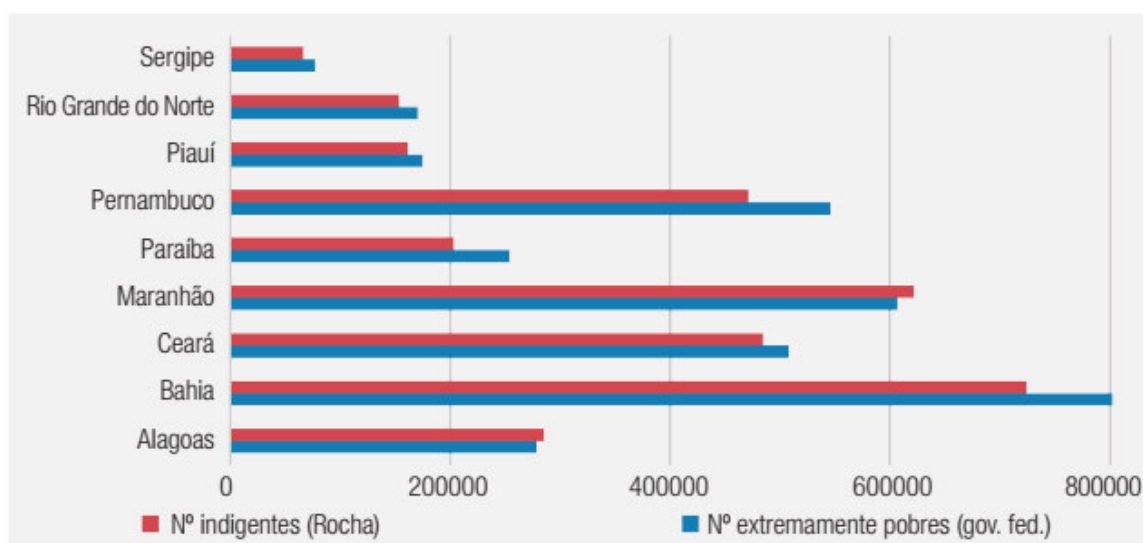


Elaboração: Giordano Benites Tronco; Marília Patta Ramos/UFRS.

Neste gráfico se pode verificar uma acentuada diferença entre o que se concebeu com a metodologia utilizada por Rocha e as aferições que foram feitas pelo governo federal. Na mesma sintonia, logo abaixo, segue mais um gráfico retirado do mesmo documento da FGV EBAPE (2017), que fala dessa realidade especificamente sobre o Nordeste:

Gráfico 04

NÚMERO DE INDIGENTES (ROCHA) E EXTREMAMENTE POBRES
(GOVERNO FEDERAL) NOS ESTADOS DO NORDESTE (PNAD 2014)



Elaboração: Giordano Benites Tronco; Marília Patta Ramos/UFRS

Sobre esse gráfico, vale uma ressalva que foi feita por Tronco & Ramos (2017, p. 305) sobre estados do Nordeste, que apesar dos recursos naturais que possuem -- embora isso possua caráter relativo -- vivem uma situação patética, para não dizer trágica com relação à pobreza no Brasil:

Maranhão e Alagoas são, inclusive, os únicos estados onde a contagem do governo federal é maior do que a de Rocha, o que pode ser explicado pela combinação de dois fatores: o baixo custo da cesta alimentar mínima na zona rural do Nordeste (R\$ 70,50 para ser mais exato) e a baixa taxa de urbanização de ambos os estados. O Maranhão é o único estado brasileiro com mais indigentes vivendo na zona rural do que na zona urbana (549 mil contra 325 mil, respectivamente). O que faz com que os resultados das duas metodologias sejam díspares na região Sudeste e mais aproximados na região Nordeste? O caso do Maranhão nos fornece uma pista: quando o custo de vida de uma região é baixo, a linha de indigência será mais próxima da linha de R\$ 70,00 do PBSM. Já nas regiões onde o custo de vida é maior, a linha de indigência (e, conseqüentemente, a de pobreza) terá um valor elevado e, portanto, mais distante dos R\$ 70,00. Como o custo das cestas alimentares e não alimentar é menor nas regiões rurais e maior nas regiões urbanas, então uma hipótese plausível é que a distorção entre a medição de Rocha e do MDS será sempre menor nas regiões rurais e maior nas regiões com pobreza predominantemente urbana — pois nelas a linha de indigência tende a ser mais alta.

Feitas tais considerações, segue o presente estudo enfocando mais diretamente as nuances e pormenores que envolvem o Programa Bolsa Família e toda sua dinâmica.

3. PROGRAMAS SOCIAIS E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Pensar desenvolvimento social sem distribuição de renda é inconcebível do ponto de vista econômico, não há país ou população, a não ser as indígenas, que vivem de puro extrativismo, que consigam essa proeza. Diferentes cenários econômicos, diversas condições geográficas e culturais, a mescla sócio econômica envolvida, as políticas públicas e, consoante a estas, as políticas sociais, tem o condão de ser o esteio do desenvolvimento de qualquer país, dado que não existem condições de equalização econômica relativo ao todo envolvido, se não houver um enfoque de toda a composição do país em questão. É para isso que existem políticas sociais, com o fim precípua de resguardar um mínimo de desenvolvimento, dignidade e justiça aos que mais precisam.

Nesse contexto, antes de tudo, é oportuno que haja atenção ao conceito de política pública dado por Ruy (2014, p. 05), que contextualiza sobre o tema da seguinte forma:

As políticas públicas (policies) são, por sua vez, outputs, resultantes das atividades políticas (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. Um exemplo encontra-se na emenda constitucional para reeleição presidencial. Trata-se de uma decisão, mas não de uma política pública. Já a privatização de estatais ou a reforma agrária são políticas públicas.

Ou seja, é necessário que se perceba que nem tudo que advenha do Estado seja política pública, essa percepção é errônea e deturpada. Nessa conjectura a autora faz essa diferenciação com muita propriedade e dá exemplos para que fique claro quem é quem nesse contexto.

Nesse diapasão, se deve ressaltar que só é política pública aquilo que é feito para o povo e advindo do poder público. Como exemplo é possível citar o papel de uma ONG, se esta pratica uma ação para o povo sem estar na representação do Estado, isso não figurará como política pública. Nesse contexto Rua (2014, p. 09), Diz o seguinte:

Além disso, por mais óbvio que possa parecer, as políticas públicas são 'públicas' - e não privadas ou apenas coletivas. A sua dimensão 'pública' é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter "imperativo". Isto significa que uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público.

Assim sendo, fica fácil a percepção de que políticas sociais, que estão contidas no leque de política pública, figura como uma subclasse desta já que advém do poder público e para o povo é fomentada.

Dentro dessa conjectura, o que se configura em anseios sociais e sobre providencialidade pública, ou seja, advinda da ação governamental, acaba por incutir na sociedade e mesmo na classe política, uma ideia de auto vitimização do povo e favor da parte do governo em tratar de resoluções às questões sociais que atormentam a realidade do povo.

Há aqueles que veem essa situação como já dito, como "coitadismo", oportunismo político de alguns ou mesmo um estado patente de promoção filantrópica, embora sejam essas as ideias de alguns, se pode dizer que essas posturas irrelevantes do ponto de vista da necessidade do povo e de uma equalização sócio econômica, como foi dito no início deste capítulo.

Sobre isso, ZIMMERMANN & ESPÍNOLA (2014, p. 146,) assevera sobre a questão da seguinte forma:

A principal característica das políticas públicas de proteção social no Brasil é a incompatibilização entre os ajustes estruturais da economia à nova ordem econômica internacional, os investimentos sociais do Estado e a garantia dos direitos sociais. Nesta ordem, o pensamento neoliberal até que concebe a necessidade de prestar ajuda aos pobres, mas possui enormes dificuldades em reconhecer as políticas públicas como um direito humano. Em função disso, o princípio das políticas de proteção social obedece muito mais ao discurso humanitário e ao da filantropia. "Esta lógica, que subordinou políticas sociais aos ajustes econômicos e às regras de mercado, moldou para a política social brasileira um perfil despolitizado, privatizado e refilantropizado".

Ou seja, não há um trato político sério da questão das necessidades sociais no Brasil dentro do viés real da pobreza e da desigualdade social. Há sempre a disputa de discurso desse ou daquele partido político com o fim de promoção da “minha política, da minha forma de gestar” e que se perca em meio às necessidades, o povo que disso padece.

Sobre o que seja política social e todo esse contexto, Gentilli (1998, p. 77), faz a seguinte citação com um conceito por demais importante na temática deste trabalho:

Expressão tradicionalmente consagrada como referente a ações governamentais dos Estados modernos tendo em vista atender a redução das consequências da pobreza em diversas áreas de serviços, como educação, saúde, habitação, previdência etc. Essas ações visam equacionar, em alguns casos, ou minimizar, em outros.

Mesmo com todo esse entrave de postura política ao longo dos anos no Brasil, mesmo a passos lentos, houve uma implementação de políticas sociais que se voltassem com mais seriedade para o povo. Isso se deveu sobre maneira com a outorga da constituição de 1988 que é considerada uma constituição cidadã e de um viés social mais burilado.

Um exemplo disso é o próprio SUS, com seu caráter universalista e sem escolhos sociais, onde todo aquele que lhe invoca é respaldado, pena que não seja tão eficiente do ponto de vista da celeridade e seriedade com que é tratado por seus agentes e o próprio governo. É uma seara de grande incidência corruptiva. Mas a ideia de uma sistemática como a do SUS e toda a sua abrangência e universalidade é incontestavelmente brilhante.

No tocante ao Programa Bolsa Família se pode dizer que é uma ação política inteligente, valorosa e providencial dada a sua magnitude e efeitos sobre a população de baixa renda. É distribuição de renda, é socorro social, é combate à fome e a pobreza e, independente do valor concedido que não é muito, se pode afirmar com muita propriedade que se trata de um dinamizador econômico nas localidades e mesmo na contextualização macro da economia, do qual não se pode mais esquivar, sobre pena de que isso represente um retrocesso do ponto de vista econômico. Imagine-se o prejuízo social e humanitário que a falta deste traria a sociedade.

Nessa sintonia, Zimmermann e Espínola (2014, p.147), fazem a seguinte asseveração acerca deste programa de distribuição de renda no Brasil.

O desenho institucional do Programa Bolsa Família tem suscitado, no decorrer do tempo, intensos debates que transbordam o mundo intelectual e se expandem para toda a sociedade. Diversos aspectos são colocados em pauta, seja o impacto real sobre a diminuição da pobreza, o valor do benefício, a exigência das condicionalidades, os erros de inclusão, o beneficiamento político, a sustentabilidade do programa, as “portas de saída”, dentre outros.

Há na verdade muito mais evidenciação dos problemas que envolvem o Programa Bolsa Família do que mesmo uma consideração mais abrangente de uma política de combate à fome e a pobreza no Brasil e suas providencialidades com relação a isso, isso se pode perceber pelo debate político que sempre critica o programa sem lhe aferir os resultados.

É o mesquinho jogo político que se faz com tanta dissimulação nesse país.

Ainda em 2010, ano da consideração de Zimmermann e Espínola (2014, p. 149), ambos citando Ribas e Osório (2010) constataram o seguinte:

O Bolsa Família contribuiu para a redução da desigualdade e da extrema pobreza no Brasil. Suas pesquisas revelam que o Programa teve uma participação de 21% na queda registrada no índice de Gini, sendo responsável pela diminuição de 12% na pobreza (hiato da pobreza) e de 19% na severidade da pobreza. Na redução das desigualdades, o benefício se configura como a segunda renda mais importante para as famílias, sendo superada apenas pelos rendimentos do trabalho.

Da citação acima se tiram percentuais consideráveis de redução de pobreza que tem sem dúvidas, impactos sociais e reais consideráveis tanto na área da saúde, economia e até na segurança pública, pessoas alimentadas ainda que de maneira básica, não delinquem facilmente.

São realidades incontestáveis que um programa dessa natureza traz ao país.

É fato que o impacto no índice de Gini² não se deu exclusivamente pela implementação do Programa Bolsa Família, mas, é fato também que esse programa traz efeitos significativos em toda essa questão. Sobre isso, ainda citando Zimmermann e Espínola (2014, p. 147), pode-se trazer a seguinte consideração de ambos acerca do tema:

Admite-se que a queda da desigualdade, explícita pelo declínio do índice de Gini, está primordialmente atrelada ao comportamento dos rendimentos do trabalho, decorrente da política de valorização do salário mínimo em termos reais, da expansão do mercado de trabalho formal, da estabilidade e do crescimento econômico.

Na mesma conjectura Kerstenetzky (2009), cita com muita firmeza o que pensa sobre o programa bolsa família e seus efeitos:

Por outro lado, considerando o baixo percentual despendido pelo governo federal com os programas de transferência condicionada de renda, advoga-se que o impacto e a relevância do Bolsa Família na redução da pobreza e desigualdade são mais significativos do que os rendimentos do trabalho.

Um tanto quanto lógica a consideração de KERSTENETZKY, até mesmo porque quem tem trabalho fixo e formal não dependerá tão facilmente de programas como o bolsa família.

Com relação ao índice de Gini aqui citado, que é a medida da concentração de renda em determinado grupo, apontando a diferença de rendimento entre mais pobres e mais ricos, é oportuna uma citação de LAMEIRAS et All (2019) que apresenta um paralelo do que se mediu entre 2014 e 2018.

No quarto trimestre de 2014, a média da renda domiciliar do trabalho para a faixa de renda alta era 27,8 vezes maior que a média da renda da faixa de renda muito baixa. Já no último trimestre de 2018, a média da renda domiciliar da faixa mais alta era 30,3 vezes maior.

Ou seja, de fato é necessário que haja um agente com poder de alteração desse cenário sócio econômico para reverter essa condição que só piora, conforme consta na citação acima. O bolsa família surge com uma ferramenta capaz de pelo menos amenizar essa diferença

² O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem).

3.1 O Programa Bolsa Família e suas concepções

Já citou-se aqui o que representa o Programa Bolsa Família no contexto humanitário e sócio econômico do país. Porém, se deve entender que suas concepções extrapolam o caráter político e perfazem em muitas áreas de contexto público uma diferença considerável em sua realidade antes e depois do programa ser engendrado.

Criado pela Medida Provisória n.º 132, de 20 de outubro de 2003, e convertida na Lei n.º 10.836, de 8 de janeiro de 2004, o Programa Bolsa Família tem os seguintes tipos de benefícios. Tem-se o “benefício básico”, para às famílias de extrema pobreza, e outros variáveis que tem como foco as famílias em situação de pobreza, no qual, o valor será de acordo com o número de crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes na família.

O Bolsa Família trabalha com os seguintes benefícios; Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ); • Benefício para a Superação da Extrema Pobreza (BSP).

Conforme cartilha sobre o PBF do antigo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, os benefícios tem a seguinte especificação:

BENEFÍCIO BÁSICO. Concedido apenas àquelas famílias consideradas em situação de extrema pobreza. Essas famílias recebem o Benefício Básico mesmo que não tenham crianças, adolescentes ou jovens em sua composição.

BENEFÍCIO VARIÁVEL. Concedido àquelas famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que tenham gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até cinco Benefícios Variáveis.

BENEFÍCIO VARIÁVEL VINCULADO AO ADOLESCENTE (BVJ). Concedido às famílias que tenham jovens entre 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois Benefícios Variáveis Vinculados ao Adolescente.

BENEFÍCIO PARA A SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA (BSP). Concedido às famílias que se mantenham com renda familiar por pessoa igual ou inferior a R\$ 77,00, mesmo depois de receber o valor dos benefícios PBF a que têm direito (Básico, Variáveis e/ou BVJs). Para calcular o BSP, deve-se somar a renda familiar inicial, registrada no Cadastro Único, e o benefício PBF. Se o resultado for menor do que R\$ 77,00 por pessoa, então a esse valor será acrescida a quantia necessária para ultrapassar esse limite.

Fonte: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficiario>

Esses são os tipos de benefícios em que o Programa Bolsa Família está dividido, não basta ser pobre na verdadeira acepção legal para que tenha direito ao mesmo. Se assim o fosse, um exército de indigentes que existe neste país, estaria incondicionalmente coberto por esse programa.

Perceba-se da definição dos benefícios que o mesmo se reserva a proteção da infância e da mulher e de adolescentes em fase de desenvolvimento.

Do sitio eletrônico da caixa econômica federal. Tem-se a seguinte explanação sobre quem faz jus a este benefício.

Podem se beneficiar com o programa famílias em situação de pobreza (renda por pessoa entre R\$ 89,01 a R\$ 178,00) ou extrema pobreza (renda por pessoa de até R\$ 89,00 por mês) e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes (mães que amamentam), crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos.

Fonte: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia.aspx>

Mais uma vez, na preconização de quem pode receber o benefício se tem a evidenciação de mães, adolescentes e crianças; é o Estado tendo a preocupação com as mães e crianças do país, tendo uma visão de futuro que pode ser amenizada com relação a sua realidade, por práticas como essa, agora vivenciadas no presente.

Na mesma sintonia, e ainda do sitio eletrônico da caixa econômica federal, tem-se uma informação importante acerca do que é requisito para manutenção do benefício e é inegociável como fator de permanência no referido programa:

Como as famílias saem do Programa?

As famílias saem do Programa Bolsa-Família por não atualizarem as informações cadastrais ou porque melhoraram de renda, não se adequando mais ao perfil para receber o benefício.

O descumprimento dos compromissos nas áreas de educação e de saúde também pode levar ao cancelamento do benefício. Há ainda a possibilidade de as famílias saírem por conta própria; para isso, elas precisam ir ao setor do Bolsa-Família e do Cadastro Único do município e solicitarem o Desligamento Voluntário. Nesses casos, a família conta com o Retorno Garantido; num prazo de 36 meses depois do desligamento, a família poderá voltar a receber o benefício do Bolsa-Família sem passar por um novo processo de seleção.

Fonte: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/perguntas-frequentes/Paginas/default.aspx>

O que advém dessa contrapartida é o zelo pelas crianças e adolescentes no seu aspecto educacional e de saúde.

É o mínimo que se pede como contrapartida às famílias. Não é preciso ressaltar que melhorando o nível de escolaridade há uma melhoria do preparo ao mercado de trabalho e uma maior possibilidade de contratação formal pelas empresas, ou seja, existe neste tópico um embasamento para a área laboral onde quer que se perfaça a oferta deste benefício.

Nos mesmos moldes, vem a questão da cobrança no campo da saúde, uma maior atenção neste ponto tende a desonerar os gastos do Estado com problemas de saúde de adultos e crianças em médio e curto prazo e, porque não dizer em longo prazo também.

Ou seja, existe nesse contexto de política social o pensar de uma gama vulnerável e necessitada que foi prioritariamente tratado pelo PBF com o forte viés de alterar um estado de coisas que tendem a se agravar pela pobreza extrema e que repercutem de maneira acintosa ao desenvolvimento social do país.

Combater a pobreza e todas as suas nuances é parametrizar de forma positiva uma perspectiva de desenvolvimento que torna eficaz a política social enquanto ente basilar de desenvolvimento de um país.

Nem os países ricos estão imunes à pobreza de alguns e aos seus efeitos. Embora os valores sejam pequenos, mas, como já foi citado acima, tem respondido como melhora de alguns índices de avaliação social.

Há a partir desse programa de política social a concepção de justiça social, inclusão cidadã, melhoria dos índices de escolaridade e de saúde e dinamização sócio econômica.

Dados muito importantes sobre a aplicação do Programa Bolsa Família no Brasil, e sobre seus impactos sobre a economia do país, podem ser lidos logo abaixo, e constam do sitio eletrônico do IPEA, de acordo com os relatos de seu presidente Marcelo Neri (2013). Em tempo:

De acordo com Marcelo Neri, os impactos de demais programas de benefícios à população brasileira costumam ser de, em média, 0,8% - percentual bem menor que o do impacto provocado pelo Bolsa Família. Além disso, segundo Marcelo Neri, cada real adicional gasto no programa tem impacto na desigualdade 369% maior que a previdência social em geral e 86% mais que os chamados Benefícios de Prestação Continuada (BPC) - benefícios concedidos para idosos e deficientes que não tenham condições de se manter e não possam ser mantidos pela família.

O Bolsa Família também garante, em curto prazo, maior expansão do Produto Interno Bruto (PIB) do país do que qualquer outra transferência social de renda, a um custo fiscal baixo para os padrões internacionais - sempre, com benefícios de longo prazo sobre a capacidade das pessoas de gerar renda. Efeitos sobre o PIB.

Quando comparados os efeitos multiplicadores de sete transferências sociais no país, a constatação a que se chega é de que o programa, por larga margem, corresponde à transferência de renda com maiores efeitos sobre o PIB. Isso porque para cada R\$ 1 adicionado ao programa se aumenta R\$ 1,78 ao PIB - uma vez que o valor do Bolsa Família gera um aumento de 1,78% na atividade econômica das famílias beneficiadas e aumento de 2,40% sobre o consumo destas pessoas.

Fonte: <http://bancariosal.org.br/noticia/26352/cada-real-investido-no-bolsa-familia-vira-r-no-pib-diz-ipea>.

É inegável a influência positiva deste programa na realidade sócio econômica brasileira, desde uma relação mais direta na diminuição das desigualdades sociais até a sua influência no produto interno bruto.

É oportuno que seja citada outra questão sobre o Programa Bolsa Família que é o fato do atual governo, eleito em 2018, ter instituído por meio de medida provisória a criação do “13º salário” para o bolsa família. Trata de um repasse a mais na grade de recebimento dos beneficiários do programa.

A realidade dos efeitos positivos do Programa Bolsa Família serve de contraponto para àqueles que sempre defenderam um caráter eleitoreiro do mesmo. Ainda que o fosse, aspectos positivos advieram disso.

3.2 Deliberações e preconizações do PBF

As preconizações que o Programa Bolsa Família faz são em duas categorias que foram já citadas neste trabalho, na área da saúde e na área da educação. No tocante a educação, o programa exige que as crianças de 6 a 15 anos estejam regularmente matriculadas na escola e tenham frequência mínima de 85% de frequência.

Já para os adolescentes de 16 a 17 anos, a exigência é de que estejam matriculados e tenham frequência mínima de 75%.

No que se refere à saúde, as condicionalidades do Programa Bolsa Família perfazem-se na exigência do cumprimento do calendário de vacinação infantil por desenvolvimento das crianças das crianças menores de 7 anos, havendo o cuidado com relação a peso e altura, bem como cumprimento das consultas pré-natais para as mães gestantes.

Segundo a mesma cartilha do ministério de desenvolvimento social e combate a fome, as preconizações do PBF são as seguintes:

SAÚDE

1. Crianças menores de 7 anos devem estar com o calendário vacinal em dia e ter o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento; •
2. Gestantes devem fazer consultas de pré-natal, pelo calendário do Ministério da Saúde.

EDUCAÇÃO

3. Todas as crianças e os adolescentes de 6 a 15 anos de idade das famílias beneficiárias devem estar matriculados na escola e ter frequência mínima de 85% das aulas;
4. Jovens de 16 a 17 anos devem estar matriculados na escola e ter frequência mínima de 75% das aulas.

Fonte: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficiario>

Conforme consta na citada cartilha, o não cumprimento das deliberações do PBF e suas preconizações tem controle direto e imediato quando estas não forem cumpridas.

Sobre isso a cartilha diz o seguinte:

1. O descumprimento das condicionalidades não acarreta desligamento imediato do programa. Seus efeitos são gradativos. Primeiro, a família é notificada. Persistindo o problema, o benefício é bloqueado e, só depois, suspenso. Somente em casos de reiterados descumprimentos, a família pode ter o benefício cancelado. Antes, contudo, o poder público, por meio da Assistência Social, deverá identificar os motivos do descumprimento e oferecer apoio e;
2. Acompanhamento à família, de modo a solucionar os problemas que causaram esta situação.
3. Além disso, o acompanhamento das condicionalidades ajuda a identificar oferta inadequada de serviços e dificuldades de acesso a eles. O acompanhamento das famílias que não cumprem condicionalidades é uma importante agenda de integração entre o Programa Bolsa Família e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Fonte: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficiario>

Essas são as deliberações que o Programa Bolsa Família traz para serem cumpridas pelas partes envolvidas, seja o governo, sejam os beneficiários. Não se trata de nada exorbitante ou exagerado que não possa ser cumprida pelas partes, em particular os beneficiários.

Essa contrapartida representa um cuidado basilar que deve ser tomado. É uma forte ação do governo em prol das crianças mães e adolescentes com vistas, é óbvio, ao desenvolvimento do país; feitas tais considerações, é oportuno que se apresente aqui os valores que são pagos pelos benefícios constantes do Programa Bolsa Família.

Do sitio eletrônico da caixa econômica federal, foram tirados os seguintes tópicos que especificam essa quantificação financeira que o

Programa Bolsa Família disponibiliza. Como já dito, não são grandes quantias, mas, sem dúvida faz diferença no dia-a-dia das pessoas. Seguem os valores:

Tipos de benefícios

Benefício Básico

Concedido às famílias em situação de extrema pobreza (com renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa). O auxílio é de R\$ 89,00 mensais.

Benefício Variável

Destinado às famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza que tenham em sua composição gestantes, nutrizes (mães que amamentam), crianças e adolescentes de 0 a 15 anos. O valor de cada benefício é de R\$ 41,00 e cada família pode acumular até 5 benefícios por mês, chegando a R\$ 205,00.

- **Benefício Variável de 0 a 15 anos:**

Destinado às famílias que tenham em sua composição, crianças e adolescentes de 0 a 15 anos de idade. O valor do benefício é de R\$ 41,00.

- **Benefício Variável à Gestante:**

Destinado às famílias que tenham em sua composição gestante. Podem ser pagas até nove parcelas consecutivas a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês. O valor do benefício é de R\$ 41,00.

- **Benefício Variável Nutriz:**

Destinado às famílias que tenham em sua composição crianças com idade entre 0 e 6 meses. Podem ser pagas até seis parcelas mensais consecutivas a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida. O valor do benefício é de R\$ 41,00

Benefício Variável Jovem:

Destinado às famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes entre 16 e 17 anos. O valor do benefício é de R\$ 48,00 por mês e cada família pode acumular até dois benefícios, ou seja, R\$ 96,00.

Benefício para Superação da Extrema Pobreza:

Destinado às famílias em situação de extrema pobreza. Cada família pode receber um benefício por mês. O valor do benefício varia em razão do cálculo realizado a partir da renda por pessoa da família e do benefício já recebido no Programa Bolsa Família.

Observação:

As famílias em situação de extrema pobreza podem acumular o benefício Básico, o Variável e o Variável Jovem, até o máximo de R\$ 372,00 por mês. Como também, podem acumular 1 (um) benefício para Superação da Extrema Pobreza.

Fonte: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficiario>

Se pode perceber na informação acima que é até possível a acumulação de alguns benefícios do programa. Como já dito, embora pequenos, esses valores tendem a combater a pobreza e dinamizar a

economia impactando positivamente o produto interno bruto como já exposto aqui neste trabalho.

Esses são só alguns pontos que tem muita relevância no programa e tinham de ser citados nesta pesquisa, assim sendo, segue o presente trabalho enfocando agora um caso prático sobre o bolsa família, que foi aplicado em uma escola da capital cearense e que tem como intento medir um pouco da percepção e sentimento do público alvo acerca do citado programa.

Trabalhados os seguintes pontos, o presente trabalho seguirá com o terceiro capítulo, sendo este a quarta seção, que tem como enfoque um estudo de caso, tendo a Escola Nilson Holanda como local de aplicação de um questionário diagnóstico sobre o bolsa família, a partir da visão de quem recebe o benefício.

4. ESTUDO DE CASO: A ESCOLA NILSON HOLANDA COMO CENÁRIO (CEARÁ)

A escola que foi receptiva ao estudo diagnóstico sobre o Programa Bolsa Família em Fortaleza, estado do Ceará, trata-se de uma escola municipal, situada no bairro bela vista, na Rua Viriato Ribeiro, 890, pertence à SER III – Secretaria Executiva Regional III e está registrada no município sob o Código INEP N.º 23075120, é uma escola de nível Fundamenta e atualmente tem as seguintes composições de turmas e pessoal: 720 Alunos Matriculados; 600 alunos diurnos; 120 aluno noturnos, perfazendo desse total de alunos, um percentual de 59% (427 alunos) que são beneficiados pelo Programa Bolsa Família. A escola possui ainda 41 professores e 15 funcionários que compõem o quadro de pessoal da instituição. De todo esse quantitativo de alunos tem-se 400 famílias que são beneficiadas pelo referido programa. Sobre a história da escola, tem-se um breve relato que foi abstraído do seguinte sitio eletrônico <https://www.escol.as/63155-escola-municipal-nilson-holanda:>

A escola foi fundada para ser satélite da antiga FUNEFOR (Fundação Educacional de Fortaleza), hoje IMPARH (Instituto municipal de Pesquisas Administração e Recursos Humanos). Criada através do decreto nº 4421/74 de 02 de outubro de 1974, publicado no DOM nº 5513 de 09 de outubro de 1974. Começando a funcionar em novembro do mesmo ano com 03 turmas de 5ª séries no turno tarde, que iniciou o ano na Escola Monsenhor Linhares, onde estavam aguardando a inauguração da mesma, tendo como Orientadoras de Aprendizagem Ana Uchoa Cavalcante, Fátima Suget e Fátima Sousa. No ano seguinte funcionaram 5ª e 6ª séries pela manhã e 7ª e 8ª no turno da tarde.

É situada em um bairro de periferia da cidade de Fortaleza sendo que a maior parte de sua economia é composta pequenos e médios comércios como mercearias, padarias e concessionarias de carro. Mas também temos escolas particulares e públicas de pequeno, médio e grande porte. Atende à uma clientela predominantemente de baixa renda em que de seus componentes acompanha o modelo familiar pós-moderno, onde há famílias constituídas somente de mãe e filhos, ou com novos arranjos familiares.

A equipe escolar que iniciou seu funcionamento foi: Diretora- Balmira Maria Monteiro, Vice – Raimunda Nelita Moura (turno manhã), Ana Elizabeth Pordeus Carvalho (turno tarde) e Antônio Agnelo Nunes (turno noite). A diretora

permaneceu na função até novembro de 2001, mudando somente as Vices Diretoras que foram: Inez Brito Lima (turno manhã), Padre Nauri Braga (turno noite) e Ana Uchoa Cavalcante (atendendo os três turnos de 1989 a 2001). Atualmente tem como Diretora Delma Rodrigues de Albuquerque.

A Escola tem hoje o nome de Escola Municipal Nilson Holanda, conforme o Decreto 13165 de 07/05/2013 que instituiu nova nomenclatura às escolas municipais de Fortaleza. A entidade escolar funciona nos três turnos com Ensino Fundamental (5ª à 9ª séries) no turno matutino e vespertino e EJA no turno noturno com capacidade física para receber até 900 alunos.

Segundo Estudo Sobre Desenvolvimento Humano Por Bairro feito pela Prefeitura Municipal de Fortaleza em 2014 o bairro Bela vista possui IDH-B 0,3752555922 encontrando-se na posição 47 no ranking de bairros em fortaleza. Esses são alguns dados que como necessários para que se possa apreender um pouco da realidade da instituição de ensino.

Com relação ao questionário que foi aplicado na escola, pode-se dizer que o mesmo possui 15 (quinze) questões e foi dividido em três grupos de 5 (cinco) dispostos com a seguinte temática: questões de 1 a 5 tratam de renda e consumo, questões de 6 a 10, tratam de educação e saúde, questões de 11 a 15, versam sobre a questão do panorama alimentar das famílias que são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.

O questionário foi elaborado no padrão likert de resposta, com o intuito de apreender dos entrevistados uma graduação no sentimento que estes têm sobre determinado tema relacionado ao Programa Bolsa Família. É oportuno então, que se apresente aqui quais questionamentos foram apresentados aos entrevistados. A escala utilizada variou na pesquisa conforme a seguinte graduação de pontos constantes na tabela:

Tabela 01
Nomenclatura da escala likert

Nenhuma	Pouca	Mais ou menos	Importante	Muito importante
2	4	6	8	10

Fonte: Elaborada pelo autor.

Segue adiante, o questionário que foi aplicado como forma de aferição da percepção dos entrevistados sobre essa temática e, como já dito, foi utilizada a escala likert para que se pudessem obter dados estatísticos e gráficos que melhor pudessem fomentar um diagnóstico sobre o tema e oferecer ao leitor do trabalho uma percepção mais aguçada e fácil de tudo que foi verificado.

4.1 Questionário sobre o Programa Bolsa Família

4.1.1 Renda e Consumo

1. Você vê o bolsa família como tendo importância no orçamento familiar?
2. Você entende que o bolsa família lhe deu condição de adquirir outros produtos na sua cesta básica?
3. Houve melhoria na qualidade de vida da sua família após o Programa Bolsa Família?
4. O bolsa família ofereceu à sua família uma melhora na qualidade e quantidade de refeições feitas ao longo do dia na sua casa?
5. O bolsa família foi importante para aquisição de outros bens de consumo que não sejam alimentícios tipo acesso a internet, televisores ou outros eletrodomésticos?

4.1.2 Educação e saúde

6. As notas dos seus filhos sofreram uma melhora por conta desse programa?
7. Você vê alguma importância na exigência de uma frequência escolar mínima do seu filho para que você possa ter direito ao benefício?
8. Você acha que existe melhora na vida escolar dos seus filhos depois do recebimento do bolsa família?
9. As exigências que o bolsa família faz com relação à carteira de vacinação atualizada fazem diferença para os seus filhos e isso os levou a ir mais vezes ao posto de saúde para outras necessidades médicas?

10. Você acha importante que o bolsa família imponha como exigência uma carteira de vacinação atualizada?

4.1.3 Alimentação

11. Você acha que essa bolsa mesmo não sendo de alto valor foi capaz de melhorar a questão alimentar e assim evitar problemas de saúde?
12. O bolsa família lhe permite a compra de proteína diária tais como carnes e aves e verduras para composição das refeições?
13. Embora a quantia paga por esse programa não seja tão alta, ela representa alguma melhora na qualidade de vida de seus filhos?
14. Você acredita que o bolsa família altera a vida de quem o recebe e tem uma importância positiva para você e toda sociedade pelos efeitos que gera?
15. Você entende que o bolsa família com todas essas exigências, tem importância não só para a vida presente de seus filhos como para o futuro deles também?

Esse é o questionário que foi aplicado para conclusão da pesquisa sobre o Programa Bolsa Família ele também consta no Anexo A deste trabalho na mesma formatação em que foi aplicado. Em seguimento, têm-se as tabelas preenchidas com os resultados pensados de acordo com escala likert, para que assim se possa pensar uma análise representativa do que foi colhido. Evidencie-se, como está posto no questionário, que os valores da escala se referem de acordo e respectivamente com as seguintes ponderações: *nenhuma, pouca, mais ou menos, importante, muito importante*, ou seja, correspondentes com os valores 2, 4, 6, 8, 10.

Seguem logo mais a frente às tabelas referentes às perguntas que fazem menção a percepção sobre o Programa Bolsa Família, enfocando cada um dos tópicos supracitados e, como já dito cada tópico desses contemplado com (5) cinco perguntas.

Algo que é necessário dizer é o entendimento da lógica de como se trabalharam os dados que foram coletados. A Escala Likert utilizada traz os

valores 2, 4, 6, 8, 10, como já dito, representativos das hipóteses nenhuma, pouca, mais ou menos, importante, muito importante. Assim sendo, a disposição da tabela que é apresentada é composta de forma que as colunas fazem menção ao número de questionário aplicado e as linhas fazem menção às perguntas, ou seja, para cada linha se tem um conjunto de 30 respostas para a mesma pergunta.

Se o valor máximo de cada pergunta é a nota 10, para cada pergunta, considerando todos os 30 questionários, apresenta-se como possibilidade de escores totais por pergunta, um valor que pode chegar a 300 pontos.

Nesse contexto, multiplicando cada linha por 5, já que foram feitas 5 perguntas por tema, tem-se como possibilidade total de scores, um valor que pode chegar a 1500 pontos. Dessa forma, os cálculos representativos dos percentuais de cada conceito são realizados entre a razão do numero de scores obtidos e o numero total da matriz tabular, ou seja, $(x \text{ scores}) / 1500$.

Um ponto que deve ser frisado aqui é o fato do somatório dos percentuais constantes nas tabelas de consolidação e nos gráficos nunca chegarem a 100%, isso ocorre simplesmente porque não houve nota máxima em todas as perguntas apresentadas aos entrevistados.

Feitas tais considerações, seguem os dados tabulares de todos os subtópicos do questionário (referentes a cada subtema) e os respectivos gráficos que estes embasam:

4.1.4 Análise global sobre o bolsa família

Logo abaixo segue a planilha geral com os dados apurados no questionário aplicado aos pais de alunos da escola Nilson Holanda para aferição diagnóstica da percepção destes sobre o que representa essa política social em suas vidas e de seus filhos. Trata-se, como já dito, de um apurado de quinze questões com subdivisões por temas a cada cinco questões. Logo à frente serão oferecidas as tabelas em separado com os respectivos gráficos concernentes.

Tabela 02																														
Planilha geral com os dados oriundos do questionário																														
Questionários-																														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
P1	10	8	10	10	10	10	10	10	10	10	10	8	8	10	8	6	10	10	8	8	10	10	10	10	8	10	10	8	8	10
P2	8	8	8	4	8	8	8	8	8	6	8	8	8	10	8	4	10	8	4	8	8	8	10	8	8	8	8	8	8	10
P3	8	8	10	6	10	8	8	8	8	8	8	8	6	8	6	6	8	8	6	6	6	8	9	10	6	6	10	4	8	8
P4	8	8	10	6	10	10	8	6	8	6	8	6	6	6	6	6	8	8	6	8	4	8	10	8	6	6	8	6	4	10
P5	6	8	4	4	6	8	4	2	8	4	6	6	6	4	4	4	10	6	4	4	2	8	8	8	4	4	6	4	4	2
P6	4	10	8	8	10	8	4	6	6	6	6	6	4	4	6	6	6	6	8	6	6	10	8	6	6	6	6	8	8	2
P7	8	10	8	8	10	10	8	10	10	10	10	8	8	8	10	10	8	10	8	6	6	8	8	6	8	8	10	8	10	8
P8	8	8	8	8	8	6	8	6	6	8	8	6	8	8	10	10	8	10	8	6	8	10	6	8	8	6	8	8	10	8
P9	6	8	4	8	8	6	8	6	6	6	6	8	8	8	8	8	8	8	6	6	6	10	6	6	6	6	8	6	4	8
P10	4	8	6	8	8	10	8	8	8	8	8	8	8	6	8	8	8	10	6	4	6	8	10	8	8	6	8	8	8	6
P11	8	10	4	8	8	8	6	6	10	8	10	6	6	6	10	4	6	8	6	8	6	10	10	6	6	8	6	8	8	6
P12	8	8	6	8	8	8	8	6	10	8	8	8	8	6	8	4	6	8	6	8	4	10	10	6	4	6	8	6	6	4
P13	8	8	8	6	10	8	8	8	8	6	8	8	8	6	8	4	8	10	6	8	6	8	10	8	8	8	6	8	8	6
P14	8	8	8	8	10	10	8	8	8	8	10	10	8	8	10	8	8	10	8	10	8	6	8	6	8	8	8	8	8	10
P15	8	8	8	8	10	10	10	8	8	8	10	8	8	8	10	8	8	10	8	10	8	10	10	8	8	8	10	6	8	10

Fonte: Elaborada pelo autor.

4.1.4.1 Análise Renda e Consumo

Tabela 03
Dados sobre renda e consumo

RENDA E CONSUMO																														
QUESTIONÁRIO COM PONTUAÇÃO LIKERT																														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
P1	10	8	10	10	10	10	10	10	10	10	10	8	8	10	8	6	10	10	8	8	10	10	10	10	8	10	10	8	8	10
P2	8	8	8	4	8	8	8	8	8	6	8	8	8	10	8	4	10	8	4	8	8	8	10	8	8	8	8	8	8	10
P3	8	8	10	6	10	8	8	8	8	8	8	8	6	8	6	6	8	8	6	6	6	8	9	10	6	6	10	4	8	8
P4	8	8	10	6	10	10	8	6	8	6	8	6	6	6	6	6	8	8	6	8	4	8	10	8	6	6	8	6	4	10
P5	6	8	4	4	6	8	4	2	8	4	6	6	6	4	4	4	10	6	4	4	2	8	8	8	4	4	6	4	4	2

Fonte: Elaborada pelo autor.

Tabela 04
Resumo dos dados sobre renda e consumo

RESUMO DA ESCALA LIKERT SOBRE O BOLSA FAMÍLIA/RENDA E CONSUMO						
TOTAL DE SCORES POSSÍVEIS:	NENHUMA	POUCA	MAIS OU MENOS	IMPORTANTE	MUITO IMPORTANTE	TOTAL
1500	2	4	6	8	10	
P1	0	0	6	72	200	278
P2	0	12	6	176	40	234
P3	0	4	54	120	40	218
P4	0	8	72	88	50	218
P5	6	52	42	48	10	158
TOTAL	6	76	180	504	340	1106
PERCENTUAL	0,40%	5,07%	12,00%	33,60%	22,67%	73,73%

Fonte: Elaborada pelo autor.

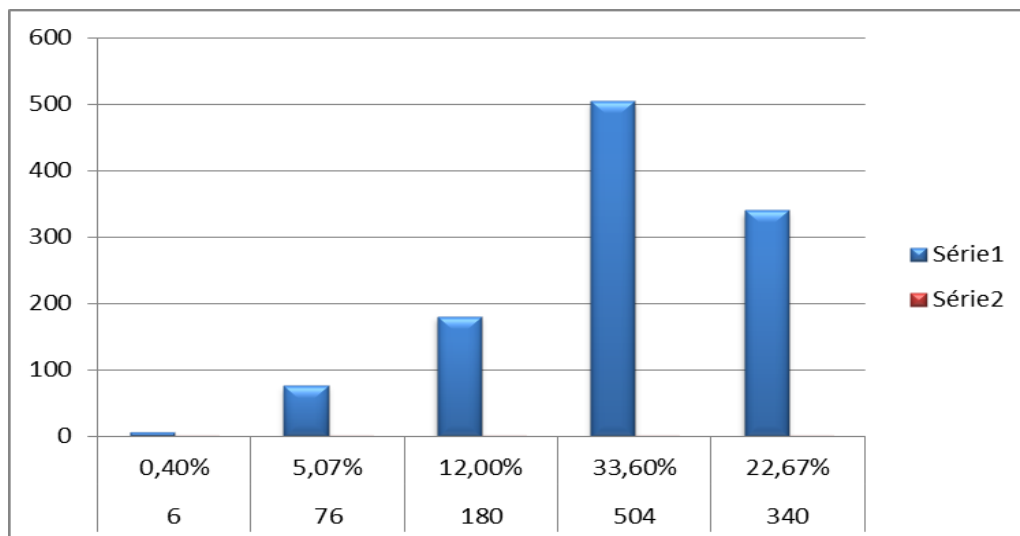
A tabela acima expressa o somatório de pontos obtidos e tabulados pela escala likert referentes aos dados sobre renda e consumo. Perceba-se que os valores percentuais referentes a cada conceito da tabela foram gradativos e concentraram-se a maior nas percepções de importante e muito importante.

A pergunta 5 foi a que teve a menor pontuação (158). Em contrapartida ela foi justamente a De todo o somatório dos pontos obtidos, com possibilidade de se chegar a 1500 scores como foi explicado acima, este conjunto de perguntas conseguiu um percentual de 73,73 %, representando 1106 pontos dos possíveis, ou seja, há neste conjunto de perguntas e respostas uma clara satisfação da maioria dos entrevistados.

De todas as questões que compõem o primeiro grupo do questionário, ou seja, as questões de 1 a 5, somente a questão de N.º 05 apresentou um total de scores destoante das demais. Enquanto as outras tiveram uma pontuação sempre acima de 200 scores, a questão cinco obteve apenas 158 scores, trata-se da questão que indaga sobre aquisição de bens de consumo fora do leque da cesta básica. Esse resultado é coerente com a realidade dado que pelo baixo valor que as famílias recebem eles devem priorizar outros gastos como alimentação e moradia.

Gráfico 05

Dados sobre Renda e Consumo



Fonte: Elaborada pelo autor.

Tabela 05

Resumo percentual sobre renda e consumo

RESUMO PERCENTUAL SOBRE O BOLSA FAMÍLIA/RENDA E CONSUMO					
TOTAL	NENHUMA	POUCA	MAIS OU MENOS	IMPORTANTE	MUITO IMPORTANTE
1500	2	4	6	8	10
TOTAL	6	76	180	504	340
PERCENTUAL	0,40%	5,07%	12,00%	33,60%	22,67%

Fonte: Elaborada pelo autor.

4.1.4.2 Análise Educação e Saúde

Tabela 06
Dados sobre educação e saúde

QUESITOS SOBRE EDUCAÇÃO E SAÚDE																														
QUESTIONÁRIO COM PONTUAÇÃO LIKERT																														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
P6	4	10	8	8	10	8	4	6	6	6	6	6	4	4	6	6	6	6	8	6	6	10	8	6	6	6	6	8	8	2
P7	8	10	8	8	10	10	8	10	10	10	10	8	8	8	10	10	8	10	8	6	6	8	8	6	8	8	10	8	10	8
P8	8	8	8	8	8	6	8	6	6	8	8	6	8	8	10	10	8	10	8	6	8	10	6	8	8	6	8	8	10	8
P9	6	8	4	8	8	6	8	6	6	6	6	8	8	8	8	8	8	8	6	6	6	10	6	6	6	6	8	6	4	8
P10	4	8	6	8	8	10	8	8	8	8	8	8	8	6	8	8	8	10	6	4	6	8	10	8	8	6	8	8	8	6

Fonte: Elaborada pelo autor.

Tabela 07
Resumo de dados sobre educação e saúde

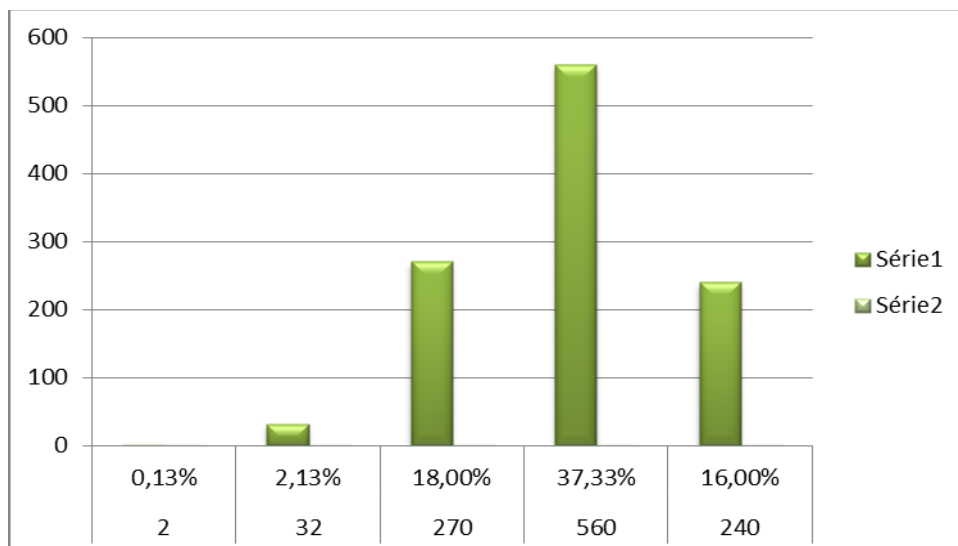
RESUMO DA ESCALA LIKERT SOBRE O BOLSA FAMÍLIA/EDUCAÇÃO E SAÚDE						
TOTAL DE SCORES POSSÍVEIS:	NENHUMA	POUCA	MAIS OU MENOS	IMPORTANTE	MUITO IMPORTANTE	TOTAL
1500	2	4	6	8	10	
P6	2	16	90	48	30	186
P7	0	0	18	112	120	250
P8	0	0	42	144	50	236
P9	0	8	84	104	10	206
P10	0	8	36	152	30	226
TOTAL	2	32	270	560	240	1104
PERCENTUAL	0,13%	2,13%	18,00%	37,33%	16,00%	73,60%

Fonte: Elaborada pelo autor.

No que concerne aos dados referentes ao conjunto de perguntas sobre educação e saúde, o resultado não foi nem um pouco destoante, o percentual de satisfação por scores obtidos ficou em 73,60%, representa 1104 pontos. Quase a mesma coisa, e, da mesma forma, um percentual satisfatório muito bom sobre os percentuais de percepção de importância do Programa Bolsa Família para as pessoas que o recebem.

No caso do grupo II de perguntas do questionário, que são as perguntas de 06 a 10, somente a pergunta 06 destoou das demais, assim como no caso do total de scores obtidos no primeiro grupo. As demais perguntas do segundo grupo ficaram sempre acima de 200 scores e questão 06 obteve 186 scores. Tal questão fazia menção à melhoria dos alunos nas notas escolares. Ainda assim, dentro da escala utilizada, o maior número de scores nessa pergunta se deu ao conceito importante na percepção dos pais sobre seus filhos. Mesmo assim se faz necessário um questionamento sobre a necessidade de o PBF rever suas condicionalidades e talvez incluir a manutenção de notas acima da média para que a família continue a receber o benefício.

Gráfico 06
Dados sobre Educação e Saúde



Fonte: Elaborada pelo autor.

Tabela 08
Resumo percentual sobre Educação e Saúde

RESUMO DA ESCALA LIKERT SOBRE O BOLSA FAMÍLIA/EDUCAÇÃO E SAÚDE					
TOTAL	NENHUMA	POUCA	MAIS OU MENOS	IMPORTANTE	MUITO IMPORTANTE
1500	2	4	6	8	10
TOTAL	2	32	270	560	240
PERCENTUAL	0,13%	2,13%	18,00%	37,33%	16,00%

Fonte: Elaborada pelo autor.

4.1.4.3 Análise Sobre Alimentação

Tabela 09
Dados sobre alimentação

QUESITOS SOBRE ALIMENTAÇÃO																														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
	8	10	4	8	8	8	6	6	10	8	10	6	6	6	10	4	6	8	6	8	6	10	10	6	6	8	6	8	8	6
P1 2	8	8	6	8	8	8	8	6	10	8	8	8	8	6	8	4	6	8	6	8	4	10	10	6	4	6	8	6	6	4
P1 3	8	8	8	6	10	8	8	8	8	6	8	8	8	6	8	4	8	10	6	8	6	8	10	8	8	8	6	8	8	6
P1 4	8	8	8	8	10	10	8	8	8	8	10	10	8	8	10	8	8	10	8	10	8	6	8	6	8	8	8	8	8	10
P1 5	8	8	8	8	10	10	10	8	8	8	10	8	8	8	10	8	8	10	8	10	8	10	10	8	8	8	10	6	8	10

Fonte: Elaborada pelo autor.

Tabela 10
Resumo de dados sobre alimentação

RESUMO DA ESCALA LIKERT SOBRE O BOLSA FAMÍLIA/ALIMENTAÇÃO						
TOTAL DE SCORES POSSÍVEIS:	NENHUMA	POUCA	MAIS OU MENOS	IMPORTANTE	MUITO IMPORTANTE	TOTAL
1500	2	4	6	8	10	
P11	0	8	72	80	60	220
P12	0	16	54	112	30	212
P13	0	4	42	152	30	228
P14	0	0	12	160	80	252
P15	0	0	6	144	110	260
TOTAL	0	28	186	648	310	1172
PERCENTUAL	0,00%	1,87%	12,40%	43,20%	20,67%	78,13%

Fonte: Elaborada pelo autor.

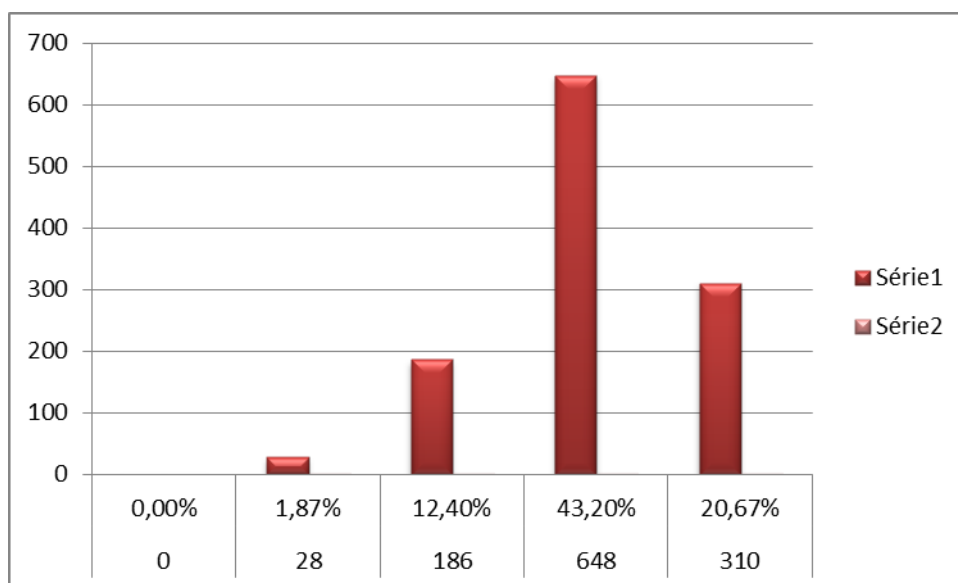
Também se pode verificar nos dados sobre alimentação que o Programa Bolsa Família tem uma importância considerável em todo o contexto das famílias pesquisadas. Os maiores percentuais concentram-se nas percepções de importante e muito importante. Embora a quantia não seja tão grande, há sim uma grande influência na cesta básica dessas famílias. Outro dado que se pode verificar é que os valores também são ressonantes com os demais levantamentos de renda e consumo e educação e saúde. Na casa de quase 77% como se pode verificar pelos dados apresentados.

Dos três grupos de perguntas em que foi dividido o questionário, somente o terceiro grupo, que se refere às questões de 11 a 15, em nenhum momento da pesquisa, fez menção de nota irrelevante ao contexto pesquisado, ou seja, o conceito “nenhuma importância” não foi considerado por qualquer entrevistado e, como se pode verificar na tabela, todas as consecuições de scores estão acima de 200.

Ainda assim é necessária uma consideração a respeito da pergunta 12 que obteve pontuação total de 212 ou seja, a menor pontuação dentre as perguntas do grupo. Ela questiona as famílias sobre a compra de proteína diária como carne, queijo e ovos com o rendimento do Bolsa Família. É plausível essa questão obter o menor resultado dentre as demais, pois a

pesquisa em pauta é feita com famílias de baixa renda onde muitas delas contam apenas com o Bolsa Família como renda mensal garantida e, portanto, a compra de proteína diária torna-se algo fora do comum para essas famílias.

Gráfico 07
Dados sobre Alimentação



Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 11
Resumo percentual sobre alimentação

RESUMO DA ESCALA LIKERT SOBRE O BOLSA FAMÍLIA/ALIMENTAÇÃO					
TOTAL	NENHUMA	POUCA	MAIS OU MENOS	IMPORTANTE	MUITO IMPORTANTE
1500	2	4	6	8	10
TOTAL	0	28	186	648	310
PERCENTUAL	0,00%	1,87%	12,40%	43,20%	20,67%

Fonte: Elaborada pelo autor.

Enfim, são esses os dados que a pesquisa aplicada aos recebedores do bolsa família pode fomentar a este trabalho. Cada gráfico traz o somatório de cada nota referente a cada enfoque de importância e os devidos percentuais que estes representam no total de escores apurados, mais uma vez se faz necessária à explicação de que jamais haveria uma apuração de 100%, dado que esse percentual só seria adquirido se todas as notas fizessem referência ao conceito muito importante (nota 10), ai sim, haveria um percentual de 100% sobre os possíveis 1500 escores que a tabela suporta em todo o somatório.

É oportuno também que se diga que nenhum dos três grupos que compõem o questionário, obteve percentual inferior a 70% dos valores percebidos na pesquisa, ou seja, revela-se um percentual de satisfação consideravelmente bom por todos os recebedores do benéfico aqui estudado.

Feitas tais ponderações, segue o trabalho com suas considerações acerca finais sobre tudo o que foi possível apreender sobre o bolsa família nesta pesquisa.

5. Considerações Finais

Considerando um país do porte do Brasil, com todas as suas características e peculiaridades, não se torna difícil de imaginar o quão complexa pode ser a sua gestão. Tantas diferenças regionais, tantas discrepâncias sociais, tantas divergências políticas, uma grandiosidade geografia de proporções continentais embasam um enredamento administrativo que não é fácil de executar.

Essa é a realidade nacional, nesse contexto, o aspecto social, que é uma obrigação do Estado para com seu povo, torna-se uma premissa irrefutável da obrigação da Administração Pública do Brasil.

Nesse diapasão, a presente pesquisa tratou do bolsa família como política social, elencando suas peculiaridades e analisando a maneira como se dá a receptividade deste programa para a população carente do país.

O trabalho fez uso de um questionário de aferição para medir a percepção e recepção das pessoas sobre o Programa Bolsa Família e, nesse contexto, é possível dizer que o questionário foi providencial na consecução de dados e para análise de como isso ocorre. Através do mesmo podemos perceber um pouco o quanto este programa tem contribuído para mudar a realidade das famílias que fazem parte dele. Além de levantar alguns questionamentos sobre a provável necessidade de inclusão de novas condicionalidades na Educação.

O que se percebe é que o discurso nacional seja da classe política ou de elites intelectuais é de desprezo por esse programa e isso se pode verificar no cotidiano das noticiais no país, porém, numa análise mais racional e mais burilada e através do contato direto com as famílias por conta da aplicação do questionário e levando em consideração o cunho sócio econômico que o programa está inserido, é possível a verificação de que suas implicações são positivas para as vidas das pessoas que recebem o benefício, mesmo pela pouca monta de dinheiro que recebem, e pelas cobranças que ocorrem no quesito saúde e também na seara educacional.

O que advém disso tudo, em médio prazo, é benefício social como aumento da qualidade de mão de obra numa determinada região onde as pessoas recebem o bolsa família, mais anos de escola advindos das obrigações de quem faz jus ao benefício, redução da insegurança pública, menos gastos com saúde por que houve profilaxia na infância e dinamização da economia por distribuição de renda.

O bolsa família tem implicações em todo esse contexto. O que se depreende disso tudo é que o bolsa família é oportuno, necessário, dinamizador da economia assim como, um esteio a melhoria social das pessoas de baixa renda.

O trabalho utilizou-se da escala Likert como forma de mensurar a subjetividade dos pesquisados e esses dados foram quantificados e trabalhados para abstração de percentuais capazes de dar ao leitor uma visão mais objetiva do que representa o programa.

A perspectiva sobre o trabalho é que o mesmo possa servir de embrião a pesquisas correlatas e possa, também, oferecer ao leitor uma visão diferenciada do que representa esse programa para a sociedade brasileira.

Essas foram as conclusões que se puderam sedimentar, feitas tais exposições, o trabalho encerra-se com a disposição das referências que foram consultadas.

Referencias

BRASIL. Caixa economica Federal: o Programa Bolsa Família. Disponível em: << <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/perguntas-frequentes/Paginas/default.aspx#beneficiarios>>>. Acesso em 08/08/2019. Brasil, Ago, 2019.

_____. IPEA: Marcelo Neri, Marcelo. **Cada real investido no Bolsa Família vira R\$ 1,78 no PIB**. Disponível em:<< <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/10/ipea-cada-real-investido-no-bolsa-familia-vira-r-1-79-no-pib-1356/>>>. Acesso em 17/09/2019. Brasil, 2013.

_____.MDS. Cartilha sobre o bolsa família. **Bolsa Família Transferência de renda e apoio à família no acesso à Saúde, à Educação e à Assistência Social**. Disponível em: << https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_BolsaFamilia.pdf>>. Acesso em 22/08/2019. Brasil, 2019

_____. Escola Municipal Nilson Holanda EMEIF - **Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental (Escola Pública Municipal)**. Disponível em:<< <https://www.escol.as/63155-escola-municipal-nilson-holanda>>>. Acesso em 25/10/2019. BRASIL , 2019.

CRESPO ,Antônio Pedro; GUROVITZ, Albernaz Elaine. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. Disponível em:<< <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>>> a cesso em 10/09/2019. RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002

DOMINGUES, Edson Paulo; RUIZ, Ricardo Machado. **OS DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL BRASILEIRO**. Disponível em;<< http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000100017>. Acesso em 10 de ago de 2019. *Ciência e Cultura Online* version ISSN 2317-6660 Cienc. Cult. vol.58 N.º.1. São Paulo Jan./Mar. 2006

GENTILLI, Raquel. **Representações e práticas**. SP: 2. ed. Veras, 1998.

JACCOURD, Luciana. **O Programa Bolsa Família e o combate à pobreza: reconfigurando a proteção social no Brasil?** In: De CASTRO, Jorge A.; MODESTO, Lúcia. *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios*. Brasília: Ipea, 2010. v. 1, p. 101-136

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **Redistribuição e desenvolvimento? A Economia Política do Programa Bolsa Família**. DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. v. 52, n. 1, p. 53-83, 2009.

LAMEIRAS, Maria Andréia Parente; DE CARVALHO Sandro Sacchet; CORSEUIL Carlos Henrique L. Desigualdade de renda e Mercado de trabalho. Disponível em:<< <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/desigualdade-de-renda/>>>. Acesso em 01, Dez, 2019. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília, 2019.

LEMOS, Mauro Borges; DINIZ, Clelio Campolina; GUERRA, Leonardo Pontes. **A Nova Configuração Regional Brasileira e sua Geografia Econômica**. Disponível em:<< <http://www.scielo.br/pdf/ee/v33n4/v33n4a03>>>. Acesso em 12/09/2019.

PINHO, José A. G.; SACRAMENTO, Ana Rita. **O círculo vicioso da corrupção no Brasil: limites estruturais e perspectivas de rompimento**. Revista de Serviço Público (neste número), 2018

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. “**Tipologia e tipos de políticas públicas**” (unidade VI), In: **Para aprender políticas públicas, Conceito e Teorias**. Brasília: IGEP, 2014.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade**: Companhia das Letras, São Paulo 2000.

SOARES, Fábio Veras; RIBAS, Rafael Perez; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **Evaluating the Impact of Brazil’s Bolsa Família: Cash Transfer Programs in Comparative Perspective**. Latin American Research Review. Latin America Studies Association: v. 45, n. 2, p. 173-190, 2010.

Tronco, Giordano Benites; Ramos, Marília Patta. **Linhas de pobreza no Plano Brasil Sem Miséria : análise crítica e proposta de alternativas para a medição da pobreza conforme metodologia de Sonia Rocha**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas Porto Alegre / RS — Brasil. 2017 Disponível em:<< <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/159712>>>. Acesso em 08.09.2019.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; ESPÍNOLA, Gepherson Macêdo. **Programas sociais no Brasil: um estudo sobre o Programa Bolsa Família no interior do Nordeste brasileiro**. Disponível em:<< <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v28n73/0103-4979-ccrh-28-73-0147.pdf>>>. Acesso em 12/08/2019. Dez, 2014.

ANEXO A:
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Renda e Consumo

1. Você vê o Bolsa Família como tendo importância no orçamento familiar?

Nenhuma	Pouca	Mais ou menos	Importante	Muito importante
2	4	6	8	10

2. Você entende que o Bolsa Família lhe deu condição de adquirir outros produtos na sua cesta básica?

nenhuma	pouca	Mais ou menos	Importante	Muito importante
2	4	6	8	10

3. Houve melhoria na qualidade de vida da sua família após o Programa Bolsa Família?

nenhuma	pouca	Mais ou menos	Importante	Muito importante
2	4	6	8	10

4. O Bolsa Família ofereceu a sua família uma melhora na qualidade e quantidade de refeições feitas ao longo do dia na sua casa

nenhuma	pouca	Mais ou menos	Importante	Muito importante
2	4	6	8	10

5. O Bolsa Família foi importante para aquisição de outros bens de consumo que não sejam alimentícios tipo acesso à internet, televisores ou outros eletrodomésticos?

nenhuma	pouca	Mais ou menos	Importante	Muito importante
2	4	6	8	10

Educação e saúde

6. As notas dos seus filhos sofreram uma melhora por conta desse programa?

nenhuma	pouca	Mais ou menos	Importante	Muito importante
2	4	6	8	10

7. Você vê alguma importância na exigência de uma frequência escolar mínima do seu filho para que você possa ter direito ao benefício?

nenhuma	pouca	Mais ou menos	Importante	Muito importante
2	4	6	8	10

8. Você acha que existe melhora na vida escolar dos seus filhos depois do recebimento do Bolsa Família?

nenhum	pouco	Mais ou menos	Importante	Muito importante
2	4	6	8	10

9. As exigências que o Bolsa Família faz com relação a carteira de vacinação atualizada fazem diferença para os seus filhos e isso os levou a ir mais vezes ao posto de saúde para outras necessidades medicas?

nenhuma	pouca	Mais ou menos	Importante	Muito importante
2	4	6	8	10

10. Você acha importante que o Bolsa Família imponha como exigência uma carteira de vacinação atualizada?

nenhuma	pouca	Mais ou menos	Importante	Muito importante
2	4	6	8	10

Alimentação

11. Você acha que essa bolsa mesmo não sendo de alto valor foi capaz de melhorar a questão alimentar e assim evitar problemas de saúde?

nenhuma	pouca	Mais ou menos	Importante	Muito importante
2	4	6	8	10

12. O Bolsa Família lhe permite a compra de proteína diária tais como carnes e aves e verduras para composição das refeições?

nenhuma	pouca	Mais ou menos	Importante	Muito importante
2	4	6	8	10

13. Embora a quantia paga por esse programa não seja tão alta, ela representa alguma melhora na qualidade de vida de seus filhos?

nenhuma	pouca	Mais ou menos	Importante	Muito importante
2	4	6	8	10

14. Você acredita que o Bolsa Família altera a vida de quem o recebe e tem uma importância positiva para você e toda sociedade pelos efeitos que gera?

nenhuma	pouca	Mais ou menos	Importante	Muito importante
2	4	6	8	10

15. Você entende que o Bolsa Família com todas essas exigências, tem importância não só para a vida presente de seus filhos como para o futuro deles também?

nenhuma	pouca	Mais ou menos	Importante	Muito importante
2	4	6	8	10